

RECEBI O ORIGINAL

Em: 16 / 08 / 2024

Bonê E. P. Sen



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA DE SUPRESSÃO VEGETAL N.º 113/2024

Empresa/Interessado: MRV Engenharia e Participações S.A.		
Endereço p/correspondência: Av. Djalma Batista, n° 770, Nossa Senhora das Graças, Manaus-AM.		CEP:
CNPJ/CPF: [REDACTED] 43. [REDACTED] /06 [REDACTED]	Inscrição Estadual (SEFAZ-AM):	
Fone: (92) [REDACTED] 70 [REDACTED] 70/9 [REDACTED] 06-20 [REDACTED]	E-mail: [REDACTED]@gmail.com	
Processo n°: 004326/2024-49	ASV decorrente da LI N°: 061/2024	
Modalidade do Projeto no SINAFLO: Uso Alternativo do Solo		
Recibo SINAFLO: 21319502	Área a ser suprimida: 0,7 ha	
Registro No IPAAM: 1012.2311	Compensação Ambiental: Taxa de pagamento	
Nome do Empreendimento: Vista das Orquídeas		
Volumetria Autorizada (dados do Inventário Florestal) 76,9135 st de lenha		
Finalidade: Autorizar a supressão da vegetação visando a implantação de um complexo habitacional multifamiliar, localizado na Rua Dom Cláudio Colling, n°61, Planalto, Manaus –AM.		
Potencial Poluidor/Degradador: NA	Porte: Pequeno	Validade: 1 Ano
Responsável Técnico pela Elaboração/Execução: José Ferreira França		
Anotação de Responsabilidade Técnica-ART: AM20220337719 (Chave n°: 87B2y)		

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO

Proprietário do Imóvel: MRV Engenharia e Participações S.A – “Vista das Orquídeas”	
CPF/CNPJ: [REDACTED]-05	CAR: Não se aplica
Área do Imóvel: 0,7 ha	Município: Manaus-AM
Localização: Rua Dom Cláudio Colling, n°61, Planalto, Manaus –AM.	

Coordenadas geográficas de referência (Datum SIRGAS 2000): (Fls. 100-105- Processo SIGED N° 004326/2024-49)

Manaus-AM, 19 AGO 2024

Rosa Mariette Oliveira Geissler
Diretora Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza
Diretor Presidente

IMPORTANTE:

- Fica expressamente proibido o transporte do material, sem o Documento de Origem Florestal - DOF
- O uso irregular desta LAU implica na sua invalidação, bem como nas sanções previstas na legislação;
- Este Documento não contém emendas ou rasuras;
- Este Documento deve permanecer no local da exploração para efeito de fiscalização (frente e verso)
- O volume autorizado não quita volume pendente de reposição florestal;
- Os dados técnicos do projeto são de inteira responsabilidade do responsável técnico

RESTRIÇÕES E/OU CONDICIONANTES DE VALIDADE DESTA LICENÇA: LAU-SV N.º 113/2024

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei n.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental Única deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei n.º.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado;
4. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens;
5. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal;
6. A presente Autorização de Supressão Vegetal - ASV está sendo concedida com base nas informações constantes no processo n.º 004326/2024-49, e nas peças técnicas cadastradas no SINAFLOR;
7. O transporte e a comercialização de produtos e subprodutos florestais oriundos desta Autorização de Supressão Vegetal de modalidade UAS (Uso Alternativo do Solo), somente poderá ser realizado munidos do Documento de Origem Florestal/DOF.
8. Fica proibida a comercialização e o transporte do material lenhoso oriundo do corte das espécies protegidas na forma da Lei;
9. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente, conforme estabelecido a Lei n.º 12.651/12 e 12.727/2012;
10. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, inseticidas, agrotóxicos, tintas e outros);
11. Em caso de nova solicitação, o executor deve apresentar relatório parcial da supressão da vegetação executada conforme Termo de Referência deste OEMA com a respectiva ART do profissional habilitado.
12. Fica proibida a interrupção dos cursos d'água, quando da construção das vias de acesso para transposição na área;
13. Em caso de doação da lenha ora autorizada, **obrigatória à homologação do pátio**;
14. Esta Licença Ambiental Única – LAU de Uso Alternativo do Solo - UAS autoriza somente a extração das espécies e volumetria listadas;
15. Fica expressamente proibido o corte da andiroba (*Carapa guianensis*; *Carapa paraense*) e copaíba (*Copaifera trapezifolia hayne*; *Copaifera reticulata*; *Copaifera multijuga*), de acordo com o Decreto Estadual n 25.044/05;
16. A doação de produtos da volumetria autorizada não dispensa o transporte sem o Documento de Origem Florestal – DOF.
17. Após a emissão da AUTEX e posterior declaração de corte no SINAFLOR, os créditos dos produtos ficarão disponíveis no DOF para destinação.
18. Não são passíveis de exploração para fins **madeireiros** a Castanheira (*Bertholletia excelsa*) em florestas naturais, primitivas ou regeneradas, conforme estabelece o Decreto Federal n.º 5.975/06.
19. Esta autorização para supressão da vegetação é para uma área correspondente a **0,7 ha**.
20. O interessado deve apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, dentro do prazo de vigência da licença da LAU de supressão vegetal, relatório da execução do plantio de mudas da mesma espécie contendo, entre outras informações:
 - a) Mapa de localização contendo as coordenadas geográficas (em graus, minutos e segundos, no datum SIRGAS 2000) dos vértices da área a ser contemplada pelo plantio de mudas de Seringueiras (*Hevea ssp*).
 - b) Croqui de campo da disposição do plantio executado.
 - c) Registro fotográfico da execução do plantio das mudas de espécies protegidas na forma da Lei.
21. O monitoramento do plantio deve ser realizado semestralmente, num período de cinco anos ou até o estabelecimento das espécies plantadas.
22. Realizar durante o período de supressão vegetal as medidas preventivas e mitigadoras dos impactos ambientais;
23. O interessado deve apresentar relatório final da atividade de supressão da vegetação com a respectiva ART do profissional habilitado contendo as seguintes informações: número de indivíduos retirados, volume em m³, comprovação da destinação do material vegetal, coordenadas geográficas, registro fotográfico e outras informações pertinentes no prazo de validade da licença